Educação – tudo legal e tudo muito ruim

ALEXANDRE
BARROS

O título é de Anísio Teixeira, na década de 1950. E continua na mesma.

A paixão da educação brasileira é a burocracia. Tudo é legalmente correto, mas os resultados são pífios. Os currículos são fixados e fiscalizados pelo Ministério da Educação (MEC) e terminam em exames que medem todos os alunos com a mesma régua. Não importam as suas preferências intelectuais e pretensões profissionais. Bem-sucedido é quem tira as melhores notas em todas as matérias, só que a vida e os progressos não são medidos assim. Uns serão capazes em umas coisas e outros, em outras. "Eu não posso fazer isso, mas posso fazer aquilo" e são as diversidades que alimentam o progresso, não as homogeneidades. Mal educamos a maioria dos alunos para as coisas que eles não gostam de fazer e fracassamos em ensinar-lhes o que eles gostam.

Todos sabemos, já no segundo grau, definir nossa direção básica: ciências humanas e sociais ou exatas. O gargalo são as exatas.

Perguntei a um professor de Matemática, defensor apaixonado da necessidade de todos saberem altas matemáticas, para que elas serviam. Sua pronta resposta: "Para calcular o tamanho dos planetas e a distância entre eles". Segunda pergunta: e quando foi a última vez que o senhor precisou calcular o tamanho de um planeta? Ele coçou a parte de trás da cabeça, sorriu e disse: "Só quando eu estava na escola". Isso não é uma diatribe para que não se ensinem ciências exatas na escola, mas a maneira de ensinar pode e deve variar, dependendo do propósito, das vocações e das intenções de cada aluno.

Hoje o acesso às informações está gigantescamente expandido. Fora da internet, há ciência no canais de TV do tipo Discovery e seus desdobramentos, como há nos seriados policiais *CSI*, *Criminal Minds* e *Numbers*. Isso basta para quem não vai ser cientista exato. Para quem vai há necessidade de saber mais sobre cálculos e experimentos. Fica, então, a pergunta: por que tentar enfiar paralelepípedos em buracos cilíndricos e esperar que eles coincidam exatamente?

Autoritarismo burocrático é a resposta. É assim "porque tem de ser assim". Os professores ensinam o que sabem, sem poder mudar currículos, e de olho nos testes estandardizados por meio dos quais o MEC insiste em que todos usem o mesmo tamanho de sapato, não importando o tamanho do pé.

Na década de 1990 a Universidade Estácio de Sá criou cursos com aulas das 11 da noite à 1 da madrugada. O MEC não autorizou. A razão alegada: ninguém pode estudar a sério nesse horário. Depois de idas e vindas burocráticas, acabaram autorizados e foram um grande sucesso. Havia público, que, pelas mais variadas razões, se sentia bem e rendia melhor nesse horário.

Ou passamos a fornecer educação customizada ou continuamos a seguir a sina de Anísio Teixeira

No ano passado, com a falta de mão de obra especializada, o Senai, que não é controlado pelo MEC, criou cursos na área de metalurgia, nas favelas do Complexo do Alemão, das 4 da madrugada às 7 da manhã. Estavam duros de gente e havia fila na porta (**O Estado de S. Paulo**, 31/7/2011). Na ausência do preciosismo autoritário-regulatório do MEC, os cursos foram criados para atender às necessidade do mercado e aos interesses dos candidatos.

Isso nos leva à conclusão de estudo recente de Simon Schwartzman: educação e crescimento econômico estão ligados, só que, ao contrário do que o senso comum pensava, é o crescimento econômico que empurra a educação, e não esta que puxa o crescimento.

As grandes universidades tecnológicas norte-americanas, criadas e financiadas pelos milionários do fim do século 19 e início do século 20, como John Rockefeller, Andrew Carnegie, Andrew Mellon e Leland Stanford, surgiram não porque a burocracia exigia ou gostava, mas porque a continuação do crescimento capitalista das fortunas dos *robber barons* dependia da formação de profissionais. No Brasil tudo fica na mão do governo, que pouco sabe do que o crescimento precisa e segue iludido achando que é a educação que puxa o desenvolvimento.

Sofro de discalculia (dificuldades em matemática, **Estado**, 9/4/2009). Pouco aprendi na escola nessa matéria, mas era fascinado pelos conceitos e princípios matemáticos descritos por Malba Tahan em *O Homem que Calculava* (Editora Record). Aprendi muito com o Laboratório Químico Juvenil – fornecia substâncias que, quando misturadas corretamente, produziam tinta de escrever invisível, cores ou fumaça – e com o Polioptican, cheio de lentes e tubos que me permitiam fazer desde microscópios até lunetas para ver as vizinhas trocando de roupa.

Cedo aprendi o básico sobre perfuração de petróleo em *O Poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, originalmente publicado em 1937. Mais recentemente, entendi muitos conceitos de estatística, que tentaram ensinar-me por meio de fórmulas e cálculos, lendo o *Desafio aos Deuses: A Fantástica História do Risco*, de Peter L. Bernstein (Campus, 1997).

Nunca iria ser cientista exato, mas tudo isso foi importante para entender o mundo. Com o *Tesouro da Juventude* (uma coleção de livros que era como que uma mescla das revistas *Superinteressante* e *Galileu*) aprendi a fazer uma porção de coisas que currículos e professores insistiam em não ensinar ou em fazê-lo de maneira errada.

Ou bem passamos a fornecer educação customizada, tal como vendemos sapatos dos tamanhos e modelos adequados aos pés dos clientes, ou vamos continuar a seguir a sina de Anísio Teixeira. Na educação tudo seguirá sendo legal, mas continuará sendo muito ruim e não funcionando.

Nisso desperdiçaremos dinheiro dos pagadores de impostos, que terão a ilusão de que a educação será melhor apenas porque o governo gasta mais dinheiro e insiste em formar todos para se tornarem cientistas e literatos, quando a grande demanda do crescimento vai em outra direção.

*
PH.D. EM CIÊNCIA POLÍTICA (UNIVERSITY OF CHICAGO), É CONSULTOR EM RISCO POLÍTICO
EMAIL: ALEX@EAW.COM.BR

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 set. 2012, Primeiro Caderno, p. A2.